



ILUSTRÍSSIMA SENHORA PREGOEIRA LIVIA MARIA BIZZOTTO CORREA E
DOUTOS MEMBROS INTEGRANTES DA EQUIPE DE APOIO DO MINISTÉRIO
DA JUSTIÇA, DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL SUPERINTENDÊNCIA
REGIONAL DO PARANÁ, DA DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM FOZ DO
IGUAÇU

Ref.: Pregão Eletrônico Nº 00004/2022 – Processo nº08389001400202170

JURISEG SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado
CNPJ: 07.658.074/0001-69 já devidamente qualificada nos autos do Pregão
Eletrônico nº 04/2022, doravante denominada Recorrente comparece
respeitosamente à presença de Vossas Senhorias para interpor

RECURSO ADMINISTRATIVO

Em face da doughta decisão que declarou a empresa **EQUIP SEG INTELIGENCIA
EM SEGURANCA LTDA**, doravante denominada Recorrida, vencedora do
presente certame, pelos fatos e fundamentos que a seguir passa a expor,
fundamentar e comprovar, para ao final requerer:

I – PRELIMINARMENTE

Preliminarmente, importante ressaltar que o núcleo do presente recurso se
apresenta em apenas (uma) importante questão pontual a qual necessita ser
apreciada por esta Equipe Condutora do processo licitatório, a qual elencamos, e
se faz necessário que em sua análise, para reforma da adjudicação e aceitação da
proposta da empresa EQUIPE SEG, esta doughta Pregoeira e Equipe de Apoio se
manifestem expressamente de forma específica sobre o apontamento abaixo:

DA INEXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA DECLARADA VENCEDORA, vejamos o que está redacionado no edital;

8.4.4.1. Quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexecutável a proposta de preços ou menor lance que:

8.4.4.1.1 for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.4.4.1.2 apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

Feitas essas considerações preliminares, passaremos a um breve resumo dos fatos e ocorrências processuais a fim de se analisar todos os acontecimentos dentro do mesmo contexto fático-jurídico:

II – BREVE SÍNTESE DOS FATOS:

Cuidam-se os presentes autos de processo licitatório publicado pela Delegacia de Polícia Federal em Foz do Iguaçu, por meio do Pregão Eletrônico nº 04/2022, o qual tem por objeto a: *“Escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de serviços continuados de vigilância armada patrimonial para a Delegacia de Polícia Federal em Foz do Iguaçu, incluindo suas unidades descentralizadas em Foz do Iguaçu, Guaíra e Cascavel -PR, com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos”*.

A empresa JURISEG é empresa atuante no segmento de VIGILÂNCIA, já tendo inclusive sido contratada pela Superintendência Regional do Paraná, Delegacia de Polícia Federal em CURITIBA E INTERIOR, no qual cumpriu fielmente por 60 meses, não tendo nada que o desabonasse sua conduta, dentre diversos outros Órgãos e Tribunais para execução dos serviços de VIGILÂNCIA ORGÂNICA.

A ora Recorrente ao tomar conhecimento do certame licitatório de competição pública realizada em consonância com as normas em vigor, dele veio participar.

A sessão pública de abertura das propostas foi realizada no dia 02/08/2022, ocorrendo na mesma data a fase de lances, tendo a empresa ora Recorrente sido detentora da SEGUNDA melhor proposta apresentada no certame.

No dia 04/08/2022, a EQUIPE SEG teve sua proposta aceita e habilitada no certame, por SUPOSTAMENTE ter atendido a todas as exigências constantes do Edital, tendo sido declarada vencedora do Processo Licitatório.

Com a devida vênia, a decisão proferida não se mostrou a mais adequada, conforme se passará a demonstrar com as razões a seguir apresentadas:

Da inexecuibilidade apresentada quanto ao tópico “intra jornada”, presente nas planilhas de formação de preços, item 4.6 do quadro resumo do módulo 4, da empresa EQUIP SEG, na qual a mesma contempla remuneração / descanso apenas 30 minutos, nos quais os outros 30 devem ser pagos ou conter um vigilante para cobertura do posto de trabalho, chamado no meio profissional de ‘rendição’, senão, vejamos, operacionalmente, quando o vigilante (a), está realizando sua refeição e descanso, na cozinha ou até mesmo no posto, este estará desguarnecido, contudo, isto na prática não se aplica conforme se verifica hoje no dia-dia operacional, diante disso o mesmo deve ser remunerado por estar presente no posto de trabalho conforme já disciplinado pelo tribunal de justiça do trabalho conforme jurisprudência do trt 9 - pr, em decisão atual, apresentada abaixo:

“(TRT-9 - ROT: 00003806120205090029 PR, Relator: MARCUS AURELIO LOPES, Data de Julgamento: 18/11/2021, Data de Publicação: 27/10/2021)

PROCESSO nº 0000380-61.2020.5.09.0029 (ROT)

RECORRENTE: LINCE - SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA.

RECORRIDOS: UNIÃO FEDERAL (AGU), MARCOS FERNANDO DE OLIVEIRA RASSIER

RELATOR: MARCUS AURELIO LOPES

7ª Turma

RELATÓRIO

A remissão às folhas refere-se à paginação obtida pela exportação do processo, em ordem crescente, mediante download de documentos em formato PDF.

O 1º reclamado, inconformado com a sentença de fls. 962/967, que acolheu em parte os pedidos deduzidos na petição inicial, proferida pelo Excelentíssimo Juiz CARLOS MARTINS KAMINSKI, recorre a este Tribunal pretendendo sua reforma

com base nas razões de fls.1008/1012, em relação ao intervalo intrajornada.

Foram apresentadas contrarrazões, às fls. 1020/1023.

Preparo realizado (fls. 1013/1015).

Intimado, o Ministério Público do Trabalho deixou de se manifestar, vez que, em razão do acordo firmado pelas partes (fl.949) o feito foi extinto em relação à União Federal (fl. 1067).

É, em síntese, o relatório.

FUNDAMENTAÇÃO **ADMISSIBILIDADE**

Atendidos os pressupostos legais, conheço do recurso ordinário e das contrarrazões.

MÉRITO **INTERVALO INTRAJORNADA**

Alega o recorrente que "a norma coletiva autoriza a redução intervalar, sendo que os intervalos intrajornada suprimidos foram corretamente adimplidos", e que "não houve análise, pelo Juízo, das argumentações apresentadas na contestação da primeira Ré, e tampouco dos documentos por esta colacionados".

Extrai-se da sentença:

"1. Jornada de trabalho - regime 12x36 - intervalo intrajornada

O reclamante aduz que foi admitido em 1-5-2018, para a função de vigilante e cumprimento de jornada na escala 12x36, com 1 hora de intervalo.

Informa que firmou com a ré acordo individual de trabalho para redução do intervalo intrajornada de 1 hora para 30 minutos, sendo que os demais 30 minutos foram indenizados como horas extras, com o adicional de 50%.

Afirma que, a despeito disso, sequer conseguia tirar 10 minutos de intervalo para alimentação, porque não havia rendição, tampouco poderia deixar o posto para realizar sua alimentação.

Sustenta que faz jus ao pagamento de 30 minutos por dia, com o adicional de 50% e reflexos em aviso prévio, férias com 1/3, FGTS e indenização adicional de 40% e DSR.

A primeira ré se insurge, asseverando que a norma coletiva autoriza a redução do intervalo, sendo que os intervalos intrajornadas suprimidos foram corretamente adimplidos, inclusive com reflexos nas verbas contratuais.

Em depoimento, o autor informou que "trabalhou como vigilante, prestando serviços no MPF, na Rua Marechal Deodoro; trabalhava das 7h às 19h, em escala 12x36, com 10/15min de intervalo intrajornada, tempo apenas para fazer a sua refeição, por determinação da LINCE; fazia refeição em uma sala reservada à vigilância; eram 2 vigilantes na portaria e se revezavam para o intervalo intrajornada".

A preposta da primeira ré declarou que "o autor era vigilante e prestava serviços no prédio do MPF; o autor fazia 10/15min de intervalo para refeição e tinha 30min indenizados de intervalo intrajornada, conforme previsto em CCT; [...] o autor fazia a sua refeição nas dependências do MPF, mesmo porque não poderia deixar o posto".

A testemunha ouvida por indicação do autor, ADRIANO VICENTE DOS SANTOS, relatou que "trabalhou de 01/05/2018 a 19/07/2019, como vigilante, prestando serviços no MPF; o depoente trabalhava das 19h às 7h; faziam no máximo 10min para refeição".

Embora o acordo individual de redução do intervalo intrajornada para 30 minutos não tenha sido acostado aos autos pelas partes, não há controvérsia de que o instrumento tenha sido efetivamente assinado.

Sobre o tema, a CCT dispõe que (fls. 209):

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - INTERVALO INTRAJORNADA

À face do contido no art. 611-A da CLT, faculta-se a adoção do intervalo intrajornada de 30 minutos, mediante ajuste entre empregado e empregador.

Parágrafo Único: Quando da indenização da supressão do intervalo aqui tratado deverá ser considerado o salário e o adicional de periculosidade, quando este for pago habitualmente, certo que o intervalo pode ser usufruído no local de trabalho e deverá assim ser feito quando do trabalho considerado em horário noturno, para preservar a incolumidade física do trabalhador.

Os contracheques consignam o pagamento da rubrica "IntraJornada 12X36" (fls. 819), tampouco havendo controvérsia

de que os valores remuneravam os 30 minutos suprimidos do intervalo intrajornada, na forma pactuada.

Todavia, a prova oral confirmou as alegações constantes da petição inicial, no sentido de que o autor dispunha de no máximo 15 minutos para refeição, realizada nas próprias dependências da tomadora de serviços, porque os vigilantes não poderiam deixar o posto.

Nesse sentido, houve descumprimento da norma convencional, que determina a concessão de, no mínimo, 30 minutos de intervalo.

A partir de 11-11-2017, o § 4º do artigo 71 da CLT passou a ter a seguinte redação:

§ 4º A não concessão ou a concessão parcial do intervalo intrajornada mínimo, para repouso e alimentação, a empregados urbanos e rurais, implica o pagamento, de natureza indenizatória, apenas do período suprimido, com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho.

Por todo o exposto, defere-se a indenização correspondente a 15 minutos extras por dia de trabalho, pela supressão parcial do intervalo intrajornada, observando-se a frequência registrada nos controles de jornada ou, na falta, a frequência regular pela jornada 12x36, aplicando-se o adicional de 50%, o divisor 220 e remuneração composta de horas normais e adicional de periculosidade.

Tendo em vista que o § 4º do artigo 71 da CLT confere natureza indenizatória à parcela, indevidos os reflexos postulados" (grifei).

Conforme acima destacado, a norma coletiva autoriza a redução no intervalo intrajornada, assegurando, no mínimo, a fruição de 30 minutos ao empregado. Entretanto, restou demonstrado que o reclamante usufruía apenas 15 minutos.

Assim, não merece reforma a sentença que condenou o reclamado ao pagamento dos 15 minutos suprimidos do intervalo, como extras.

Não prosperam as alegações recursais de que a redução autorizada pela norma coletiva do intervalo foi paga, vez que a condenação diz respeito ao período do intervalo mínimo suprimido para além da redução convencional do intervalo.

Ademais, os documentos apresentados foram devidamente observados pelo magistrado da origem.

Nego provimento.

ACÓRDÃO

Em Sessão Telepresencial realizada nesta data, sob a Presidência da Excelentíssima Desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpao; presente a Excelentíssima Procuradora Andrea Ehlke, representante do Ministério Público do Trabalho; computados os votos dos Excelentíssimos Desembargadores Marcus Aurelio Lopes, Rosemarie Diedrichs Pimpao e Eduardo Milleo Baracat; ACORDAM os Desembargadores da 7ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DO 1º RECLAMADO (LINCE - SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA) e das respectivas CONTRARRAZÕES. No mérito, por igual votação, NEGAR-LHE PROVIMENTO. Tudo nos termos da fundamentação.

Custas inalteradas.

Intimem-se.

Curitiba, 18 de novembro de 2021.

MARCUS AURELIO LOPES

Relator

A partir de 11.11.2017, a natureza do intervalo intrajornada suprimido passa a ser indenizatória, conforme nova redação dada ao § 4º do art. 71 da CLT pela Lei nº 13.467/2017:

§ 4º A não concessão ou a concessão parcial do intervalo intrajornada mínimo, para repouso e alimentação, a empregados urbanos e rurais, implica o pagamento, de natureza indenizatória, do período suprimido, com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho.”(GRIFO NOSSO)

Diante do exposto acima e explicitado na decisão do Egrégio TRT 9 – pr, fica evidente a inexequibilidade da proposta da Empresa EQUIP SEG, na qual se hoje

a mesma corrigir e incluir os devidos custos, mesmo que a título de tentativa de manutenção contratual, haja vista ela ser a atual prestadora de serviço, estará a mesma tendo que pagar para trabalhar e continuar com o contrato, violando o edital, termo de referência e princípios da lei, além da contratante, delegacia de polícia federal em foz do iguaçu estar correndo alto risco de ser solidaria a futuras cobranças judiciais e trabalhistas tendo em vista a inexecutabilidade da proposta de preços, conforme planilha da própria empresa EQUIP SEG na qual tivemos o dever de adequar com os custos corretos já incluído o custo da intrajornada conforme determina a lei, a mesma estara anexa a esta peça recursal e enviada no e-mail disposto no edital, tendo em vista que o sistema comprasnet não suporta o formato.

DOS PEDIDOS:

Nesses termos, face a todo o exposto, requer a Recorrente que o presente recurso seja conhecido e sejam julgado o apontamento verídico e contundente, de modo que restem devidamente apreciada a seguinte questão afim da desclassificação da empresa EQUIP SEG, regresse o processo afim de chamar a segunda colocada para a apresentação de sua proposta de preços, afim de realizar uma contratação exequível e que não venha a gerar futuros dissabores trabalhistas a esta digna contratante.

Sugiro ainda que a senhora pregoeira e sua equipe afim de embasar e tomar a melhor decisão para desclassificação e retorno do processo, realize diligencia conforme previsto em edital “8.10.Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita”. **Diligência junto ao sindicato <https://www.vigilantescuritiba.org.br/> ou outro do estado do Paraná**, tendo em vista que todos seguem a mesma convenção coletiva de trabalho, afim de constar a exatidão do apontamento apresentado por nossa empresa, quanto da inexecutabilidade da proposta aceita até o presente momento no que se diz respeito ao intervalo de intrajornada.

Por todo o exposto, requer a admissibilidade e o provimento da presente razão recursal.

Termos nos quais pede e espera deferimento.

PINHAIS – PR, 09 de AGOSTO de 2022.

JURISEG SEGURANCA EVIGILANCIA LTDA

07.658.074/0001-69